

# Mecanismo de recuperação prevê “verba” para transição do têxtil, calçado e resina para a bioeconomia

24 de Fevereiro, 2021

*“Como é que se prevê o desenvolvimento da bioeconomia sustentável? Que políticas se perspetiva para uma bioeconomia circular e sustentável? Estas foram algumas das questões levantadas de mais uma “Conversas sobre Sustentabilidade”, promovida pelo BCSO (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável). O tema central desta conversa foi: “Bioeconomia Circular: inovar para uma economia sustentável”.*

Portugal tem um elevado potencial associado à bioeconomia, sobretudo, se forem respeitados os seus princípios. Portanto, a bioeconomia é vista como uma “oportunidade” para o país, mas também para a Europa: “Vai conseguir fazer face aos atuais desafios sociais e será um forte contributo para a transição ecológica alinhada com o Green Deal”. **Marisa Silva, adjunta do ministro do Ambiente e da Ação Climática**, João Pedro Matos Fernandes, acredita que ambição do *Green Deal* será alcançada através da “transformação da indústria” que tem que ir muito mais além da “eficiência energética”, da “mobilidade sustentável” ou das “energias renováveis”, sendo que a bioeconomia tem um papel fundamental. Além disso, é ainda um “conceito fragmentado” que apresenta “diversas perspetivas que pode estar focado na produção dos recursos biológicos ou mais direcionados para a biotecnologia”, sendo perceptível que “as características dos recursos biológicos torna-os atrativos para se tornar a base de alguns setores” e, assim, permitir que “o modelo da economia circular e sustentável” contribua para os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da Agenda 2030.

Tendo em conta este enquadramento, o Ministério do Ambiente e da Ação Climática (MAAC) está a finalizar um documento estratégico que vai servir como “vetor para esta transição”, prevendo-se a sua publicação para o “final do primeiro semestre deste ano”, declara. Alinhado com os princípios da estratégia europeia para a bioeconomia, o documento centra-se em várias questões, estando, nomeadamente, focado na “produção sustentável” e na “utilização inteligente dos recursos biológicos” sobretudo, de carácter local e inovador, permitindo “diminuir das importações das matérias” e, ao mesmo tempo, “contribuir para uma maior resiliência da sociedade”. Também a “inovação” e a “investigação” assumem um papel relevante neste documento, no sentido de “promover uma bioeconomia sustentável e circular”, valorizando, em simultâneo, a “capacidade científica e tecnológica nacional” que, segundo Marisa Silva, é já “muito reconhecida e vista como um ponto forte” em Portugal. Ao mesmo tempo, a adjunta do ministro do Ambiente chama a atenção para um dos grandes desafios que Portugal precisa de enfrentar: “Existe um *gap* entre o que é a investigação científica e tecnológica e depois trazer o conhecimento para as indústrias, sendo importante desenvolver uma indústria tendo em conta todo o conhecimento que é adquirido”. E a “inovação na cadeia

de valor” vai permitir nos processos que sejam criadas “novas cadeias de abastecimento”, sobretudo, “a produção próxima de matéria-prima” e que, mais uma vez, traduzir-se-á em “novos empregos locais”. Contudo, atenta a responsável, isto terá que ser visto de uma forma transversal: “Todas estas ações não terão impacto se não se atuar na sociedade quer na comunicação e formação”. Para tal, acrescenta Marisa Silva, é necessário “promover o conhecimento e a capacitação avançada”, incorporando, essencialmente, nas empresas “os princípios do *ecodesign* e as abordagens curriculares” do produto, da sua produção e do negócio, permitindo “prolongar a vida útil dos produtos” e, ainda “aumentar a confiança do consumidor”, visto que é cada vez mais exigente: “É fundamental ter instrumentos que garantam a transparência e a rastreabilidade da cadeia de valor”. Fundamental é também a monitorização e a avaliação da evolução: “A bioeconomia não pode comprometer os limites do ecossistema. Tem que se evitar que algumas ações possam ser nefastas”, precisa.

Como nota final, a adjunta de João Pedro Matos Fernandes salientou que o mecanismo de recuperação e resiliência prevê uma “verba” para apoiar a transição para bioeconomia em três setores: têxtil, calçado e resina. Para o Ministério do Ambiente, o têxtil e o calçado são setores que têm um “grande potencial” de progressão, de integração, de valorização e de biomassa e outras matérias primas secundárias no seu fabrico, com várias vantagens associadas. Depois, a resina, muito tradicional da economia portuguesa, é um setor que permite uma “grande contribuição” para o desenvolvimento rural e com potencial para a bioeconomia: “A revitalização da resina vai permitir a transformação da floresta portuguesa e é uma vigilância para os incêndios”. Portanto, “o plano e as políticas vão mesmo contribuir para uma transição”, quer dos setores primários, quer indústrias para uma bioeconomia circular, remata.